

Relatório FIB 10

1. Informações básicas sobre o Workshop

- **Título do Workshop:**

Expansão do Ensino de Governança da Internet: do Local ao Internacional

24 de setembro de 2020, 14h

- **Tema do Workshop:** aproximação de Governança da Internet de instituições de ensino e como adequar os conteúdos de governança a contextos diversos.

- **Formato:** Mesa redonda

- **Proponentes e co-proponentes:** Gustavo Paiva, CATS.natal; terceiro setor.

- **Palestrantes:**

Juliano Cappi, Nic.br/EGI, comunidade científica e tecnológica

Minibiografia:

Juliano Cappi é assessor no CGI.br, envolvido com a EGI — Escola de Governança da Internet. Possui Mestrado em Comunicação e Semiótica e Doutorado em Estudos de Comunicação e Mídia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Juliano representará a perspectiva da EGI no debate.

Olga Cavalli, SSIG, setor empresarial

Minibiografia:

Olga Cavalli é coordenadora da South School on Internet Governance. E GNSO Council member na ICANN. É professora na Universidade de Buenos Aires, e no Instituto del Servicio Exterior de la Nación ISEN.

Olga Cavalli mora na Argentina e possui extensa experiência no ensino de Governança da Internet.

Vanessa Cravo, Anatel, setor governamental

Minibiografia: Especialista em Regulação de Telecomunicações da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel desde 2005, representando o Brasil em organizações e fóruns regionais e internacionais que discutem aspectos relacionados à segurança cibernética e Governança da Internet, destacando-se a participação nas delegações brasileiras nas últimas três Conferências Mundiais de Desenvolvimento das Telecomunicações (2010, 2014 e 2017) e na última Conferência dos Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT), realizada em 2018. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Direito e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais na mesma universidade.

Walter Lopes, IFRN, comunidade científica e tecnológica

Minibiografia: É Professor na área de Redes de Computadores do IFRN, mestrando em TI (PPGTI/IMD/UFRN) e especialista em Gestão de TI (PPGA/UFRN). Tem experiência nas áreas de Infraestrutura de TI, de Gestão de TI e Governança de TI.

Marília Maciel, Diplo Foundation, comunidade científica e tecnológica

Minibiografia: Pesquisadora Senior em Digital Policy na DiploFoundation, trabalhando nos campos de governança da Internet, e-commerce, cibersegurança e inteligência artificial.

Pesquisadora (2008-2014) e coordenadora (2014-2016) no Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, em Rio de Janeiro, Brasil.

Conselheira na Generic Names Supporting Organization (GNSO) (2016-2017) representando o Non-commercial Stakeholder Group (NCSG).

Marcos Medeiros, UFRN, comunidade científica e tecnológica

Minibiografia:

Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública e Gestão Social - DAPGS, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Membro permanente do Mestrado Profissional em Gestão Pública. Doutor em Administração pelo PPGA/UFRN (2014). Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Tecnologia da Informação aplicada ao ambiente do serviço público. Temas de interesse em pesquisas: computação em nuvem, governança de TI, Tecnologias emergentes, gestão de projetos e processos.

• **Moderadora:** Nathalia Sautchuk, Centre for Global Cooperation Research; comunidade científica e tecnológica

Minibiografia: Possui graduação e mestrado em Engenharia de Computação pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente, é German Chancellor Fellow pela Alexander von Humboldt Foundation, pesquisando neutralidade da rede no Centre for Global Cooperation Research da Universidade de Duisburg-Essen na Alemanha. Atua como professora em cursos de especialização na área de TI. É membro do Comitê de Programa do LACNOG e da comissão fiscal do capítulo brasileiro da Internet Society. Também é representante da região da América Latina no NRO Review Committee. Além disso, faz a curadoria do tópico de neutralidade da rede para o Geneva Internet Platform Digital Watch observatory.

• **Relatora:** Amanda Espiñeira, LAPIN, terceiro setor.

Minibiografia: Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora Colaboradora da Fiocruz Brasília. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). Atuou como participante e facilitadora do Programa Youth do CGI.br. Ex Junior Fellowship do Centro de Estudios de Telecomunicaciones de América Latina (cet.la). Mestre em Direito pela UnB. Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Revisora de Periódicos. Atua em pesquisas principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Regulação da Internet, Políticas Públicas e Proteção de Dados Pessoais.

2. Estruturação do Workshop

• Objetivos

Propostos

Cada vez mais, os temas tratados em Governança da Internet (GI) perpassam e impactam diversas outras áreas do conhecimento — áreas técnicas, humanas e agora da saúde. Expandir a capacitação de profissionais em GI se torna cada vez mais necessário. No entanto, GI permanece pouco explorada por instituições de ensino — seja superior, técnico, jurídico e até em ações de extensão. Com poucas exceções (como a parceria entre Universidade de Malta e DiploFoundation), é oferecida principalmente através de escolas de governança com cursos intensivos.

Isso gera uma perda, na medida que os ambientes universitários contam com um grande número de pesquisadores interessados em se aprofundar no tema e que, no entanto, não chegam a se beneficiar do arcabouço de GI. Para instituições de ensino técnico a perda é ainda mais evidente, na medida que estudantes não são facilmente engajados com debates essenciais para sua formação, tal como, em anos recentes, proteção de dados e neutralidade da rede.

Não obstante, há também o potencial de pesquisa (GIGANET e Rede de Pesquisa em Governança da Internet, por exemplo) e organizações como o CGI.br, FAPESP e MCTIC que oferecem editais para a criação de centros de pesquisa — duas oportunidades que interessam instituições de ensino.

Com base no exposto, o workshop tem como objetivo debater como estreitar os laços entre instituições de ensino e entidades engajadas com GI, de modo a:

1. aproximar a GI de instituições de ensino, facilitando sua inclusão em currículos jurídicos, técnicos, de graduação, pós-graduação e através de extensões universitárias;
2. incentivar e capacitar o engajamento de instituições de ensino em editais de incentivo a pesquisa;
3. debater como adequar conteúdos de GI para currículos específicos;
4. fortalecer a produção acadêmica de GI, e
5. servir de experimento sobre a inserção de GI nas IESeTs, de modo a contribuir para a continuidade do trabalho da DC-SIG.

Atingidos

1. aproximar a GI de instituições de ensino, facilitando sua inclusão em currículos jurídicos, técnicos, de graduação, pós-graduação e através de extensões universitárias;
2. debater como adequar conteúdos de GI para currículos específicos, a depender da região/contexto e os problemas enfrentados pela comunidade;
3. problematizar a nomenclatura Governança da Internet;
4. propor uma discussão e uma capacitação curricular em GI mais multidisciplinar, com foco no modelo multissetorial;
5. discutir o engajamento necessário para aproximar a teoria da prática no ensino da GI.

• Resultados

Propostos

O workshop almeja os seguintes resultados:

1. Estreitar laços entre instituições de ensino com entidades envolvidas com a capacitação em governança da Internet, e por consequência abrir um novo caminho para avanço da GI e do multissetorialismo ao facilitar sua disseminação;
2. Estabelecer o arcabouço para a discussão continuada sobre a implementação de Governança da Internet no ensino técnico e superior;
3. Atingir um efeito de outreach ao informar e engajar representantes das instituições da cidade-sede sobre as oportunidades de fomento à pesquisa e desenvolvimento em GI;
4. Fortalecer outras iniciativas, como a Rede de Pesquisa em Governança da Internet e a Dynamic Coalition on Schools of Internet Governance, ao criar um ambiente propício para o avanço de suas metas e produção acadêmica, e
5. Promover um diálogo nacional sobre o ensino de GI de forma a alimentar o debate internacional no IGF.

Atingidos

O workshop atingiu os seguintes resultados:

1. Estreitar laços entre instituições de ensino com entidades envolvidas com a capacitação em governança da Internet, e por consequência abrir um novo caminho para avanço da GI e do multissetorialismo ao facilitar sua disseminação;
2. Estabelecer o arcabouço para a discussão continuada sobre a implementação de Governança da Internet no ensino técnico e superior;
3. Propor caminhos e soluções possíveis para expandir o ensino da GI adequado à realidade do público-alvo.

• Justificativa em relação à governança da Internet;

A Dynamic Coalition on Schools of Internet Governance (DC-SIG) tem conduzido levantamentos sobre o ensino de GI. Em 2019, durante o IGF, mostraram a versão 0.7 da Taxonomia de Escolas de Governança, que contém um currículo provisório e os principais pontos para se categorizar escolas de governança. A produção da DC revela o contexto global do ensino de GI, isto é, principalmente conduzido através de cursos livres de duração não superior a sete dias.

A partir desses achados, um dos tópicos levantados para a atuação da DC em 2020 é o incentivo à disseminação de GI. Seus conteúdos perpassam diversas áreas, cada vez mais todos os profissionais terão que, em certa medida, lidar com esses temas na sua prática profissional. Sua inserção no ensino, portanto, é matéria de extrema relevância para a GI.

Trata-se de uma inovação na prática do multissetorialismo, bem como uma nova forma de engajamento da comunidade científica e tecnológica. Sendo assim, essa

discussão e esse workshop em particular possuem os seguintes pontos demonstrando sua relevância:

1. Fortalecerá a presença de GI no cenário nacional, na medida que sua presença nas universidades a aproximará da sociedade e aumentará sua divulgação;
2. Possibilitará a formação de novos profissionais capacitados a atuarem na área, seja na pesquisa, ensino, na sociedade civil ou no setor empresarial;
3. Servirá de experimento a nível global de inovação no multissetorialismo, ao levar a produção da DC-SIG ao contexto universitário;
4. Fortalecerá laços estratégicos entre entidades de GI e facilitará a cooperação continuada, e
5. Através de melhor e mais capacitação, possibilitará o engajamento mais qualificado dos atores no debate nacional sobre os temas de GI.

• Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop

Para abrir o workshop, a moderadora trouxe o panorama da inserção da GI no ensino superior. Em seguida o workshop teve dois blocos, guiados por duas policy questions.

Moderadora: 5 minutos

Bloco 1: Os temas tratados em governança da Internet são a cada dia mais impactantes em diversas outras áreas do conhecimento — técnicas, humanas e agora da saúde. Qual é a importância da formação de novos profissionais capacitados também em governança da Internet nesse cenário?

30 min. de apresentação dos palestrantes (5 min. por palestrante)

15 min. para intervenções.

(Caso a plateia não esteja enviando intervenções, seguimos para o próximo bloco e o tempo extra é adicionado à fala dos palestrantes.)

Bloco 2: Tendo em mente a realidade de suas instituições, que assuntos são necessários para as alunas e alunos? Como que o currículo e a forma de ensino de Governança da Internet deve se adequar para trazer os conhecimentos mais relevantes para sua atividade profissional?

24 min. de apresentação dos palestrantes (4 min. por palestrante)

16 min. para intervenções

3. Síntese dos debates

A mediadora iniciou com uma apresentação inicial da Governança da Internet e dos esforços da Dynamic Coalition on Schools of Internet Governance com levantamento sobre o ensino em âmbito regional e global. Apresentou também o documento da tradução da taxonomia dos assuntos que perpassam os principais assuntos da Governança da Internet, disponível no site CATS.natal.br.

Então, passou a explicação da metodologia do workshop, acima descrita. Em seguida iniciou-se o 1º bloco, com o questionamento “**Qual é a importância da formação de novos profissionais capacitados também em governança da Internet nesse cenário?**”, apresentou-se o 1º palestrante, coordenador da EGI e passou-se a palavras para o Juliano Cappi.

Juliano Cappi propôs endereçar o tema da governança e a importância da fusão das EGIs, universidades e até ensino básico.

Iniciou com uma breve contextualização da história da origem da Internet e pontuou o fato de ter sido feita a partir de uma forma de **construção participativa**, com abertura e publicidade de tudo que era produzido no processo das discussões. Os RFCs (*Requests for comments*) e toda construção e capital social eram públicos, ou seja um *common*.

Então, quando a Internet ganha escala passam a integrar novos atores para atingir seus objetivos, o grupo passa a integrar ao regime global de Governança. Ele conclui sua primeira fala indagando como será o desafio dessas conciliações com as escolas de ensino básico, pública e privadas diante dos interesses múltiplos.

Olga Cavalli, da SSIG, foi a 2ª palestrante. Ela iniciou sua fala apresentando a South School of Internet Governance (SSIG) que fora criado como um espaço de formação para fortalecer participação de profissionais focalizados na América Latina, para que os profissionais da região ficassem bem preparados para representar bem os diversos países e interesses. Olga traz ainda a essência holística das regras que dão forma à Internet e como isso impacta em todas as atividades humanas, essa fala apresenta um consenso com Juliano Cappi e como veremos adiante com todos os demais palestrantes.

Um ponto de crítica que ela, como ponto a aprofundar a discussão é o fato de a educação formal das Universidades serem muito focadas nas áreas de estudo, faltando uma visão multidisciplinar para compreender todos os conceitos da Internet e seus impactos, intercâmbio de assuntos. As escolas de governança então viriam trazer todos esses conceitos juntos, então são conhecimentos plurais, mas diante do pouco tempo em que são ministrados, são superficiais.

A rede entre os bolsistas da SSIG que se forma em cada edição e entre elas não foi pensado inicialmente, mas a relação existe e proporciona oportunidades, pesquisas, financiamentos e trabalhos. Esse seria um efeito positivo não idealizado e intencional, o que possibilita intercambiar ideias e conhecer expertos no mundo.

O balanço de gênero entre os bolsistas e os palestrantes no ambiente da SSIG foi outro ponto apontado como preocupação para os espaços de escolas de governança. Existe ainda na SSIG um processo de colaboração público-privado, tornando a escola gratuita. Não há limite de idades, mas um fenômeno interessante que tem sido observado é a participação de estudantes de 2º grau da escola, o que corresponde no Brasil ao ensino médio.

Marília Maciel, da DiploFoundation, foi a 3ª palestrante e trouxe um pouco da sua trajetória que veio do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e trabalha com o tema há mais de anos.

A palestrante separou sua fala em dois temas: no 1º bloco explorou que o ensino da governança da Internet é essencial porém não é o suficiente para falar; e no 2º bloco trouxe que pessoas do próprio campo de governança da Internet começam a questionar se essa é uma expressão em desuso.

A Governança da Internet então seria um conjunto de normas, regras de conduta, aspectos decisórios e elementos técnicos. Ela explica o que é a Internet e problematiza o que ela deve ser. Questiona relações de poder: quem, onde e como as relações são tomadas. Trata de forças políticas e standards no campo da Internet. Ela possibilita aos usuários da rede questionar o que se está aplicando. É então uma ferramenta de questionamento que empodera as pessoas a moldarem o que a Internet deve ser. Por ser então uma matéria que tem o olhar do todo (analogamente a uma floresta), observa-se todos os temas em conexão, a partir de uma visão horizontal e vertical.

Vanessa Cravo, da Anatel, foi a 4º palestrante e acompanha os temas de segurança cibernética e governança nos fóruns internacionais e OCDE. Apresenta a Anatel como entidade que possui representante integrante do CGI.br, sendo que a Agência regula os serviços de telecomunicações que possibilitam a conexão à Internet, mas não regula Internet.

A palestrante reafirma a importância da GI, como fundamental por possibilitar conhecer como a Internet funciona, histórico, disputas, processos de tomada de decisão, multissetorialismo. Isso com o objetivo de conhecer e atuar na área. E como ponto de consenso afirma que sem a visão holística, não é possível compreender a GI. Nesse sentido, a Anatel apoiou e sediou uma capacitação em Governança de Internet organizada pela União Internacional de Telecomunicações (ITU) em parceria com a DiploFoundation para compreenderem os assuntos para representarem melhor o país.

Marcos Medeiros, professor da UFRN, foi o 5º palestrante. Ele iniciou se apresentando e dizendo que escreveu sua tese em computação em nuvem, a partir de uma pesquisa doutoral em políticas públicas e que foi ex-aluno da EGI. Além disso, afirmou que entre 2014, quando concluiu sua pesquisa, e 2020 houve pouco avanço na integração do tema de GI nos múltiplos setores, sobretudo na academia, pela ausência de disseminação desse conhecimento na Universidade. Alega a importância de se conhecer o que está por trás do ambiente da Internet. E conclui a primeira parte afirmando que o caminho para o alinhamento entre órgãos no tema é discutir esses assuntos dentro do ambiente acadêmico, da sala de aula.

Walter Lopes, professor do IFRN foi o 6º e último palestrante. Inicia sua fala explicando a capilarização do IFRN, com as atribuições da função social e formação do Instituto.

Levanta então o ponto de consenso entre a mesa redonda de que a Internet afeta todos os aspectos da sociedade e a formação dos profissionais oportuniza que possamos enfrentar esses desafios de forma interdisciplinar, formação integral (informação, cultura, ciência e tecnologia). E que esse conhecimento possibilita a luta pela manutenção de direitos humanos, privacidade e pessoas com deficiência e o desafio do acesso que é representativo nesse ambiente.

Trata ainda de um segundo tema que merece aprofundamento: a capacitação dos jovens com qualificação, por meio da formação dos profissionais com uma estrutura distribuído geograficamente, já que isso evidencia não apenas o papel como sujeitos que podem mudar suas realidades, como o sentimento de pertencimento à essa região, voz por meio da interiorização desse debate.

Não há perguntas da público ao final do 1º bloco, então a mediadora **Nathalia** trouxe sua experiência com o tema dentro da Universidade, como professora da Anhembi, Morumbi, que lecionou a disciplina de governança da Internet para alunos da comunicação.

O maior desafio era justamente como engajar os alunos e fazer com que essa linguagem se aplicasse à realidade profissional dos discentes.

Gustavo Paiva também trouxe sua experiência no auxílio da organização do FIB10 que seria em Natal e da percepção de como os temas de governança impactam as pessoas comum. Enxergar quais pautas eram interessantes para a população local, facilitou a comunicação e a compatibilidade da Governança da Internet, como um bom aspecto para processo de aprendizagem.

Passou-se então para o bloco 2, para vislumbrar um pouco o futuro, questionou-se: **Tendo em mente a realidade de suas instituições, que assuntos são necessários para as alunas e alunos? Como que o currículo e a forma de ensino de Governança da Internet deve se adequar para trazer os conhecimentos mais relevantes para sua atividade profissional?**

Juliano Cappelletti trouxe a necessidade de sempre aprimorar o desenho institucional das escolas de GI para diversificar as metodologias de ensino. Comentou que estão desenhando um curso EAD de Governança da Internet para março de 2021.

Além disso, pontuou como a multidisciplinaridade traz uma contribuição relevante para o ensino da Governança da Internet e a importância que os estudos de caso trazem para a compreensão de conceitos, que facilitam a aprendizagem. Trouxe um exemplo apresentado por um dos professores da EGI sobre a neutralidade da rede, por exemplo, com propagandas de planos de Internet. Discussões mais atuais sobre desafios no ambiente de ensino, a EGI tem o papel de apresentar as discussões feitas.

Olga Cavalli falou da essência da Governança: regras e conceitos definidos para construção da Internet. Afirma que falta de conhecimento do pessoal da área técnica desses elementos normativos e regulatórios: o que acontece com a regulação de IA ou de proteção de dados pessoais? Qual participação da América Latina? Nem todos conhecem tudo, todos sabemos um pouco de cada coisa, mas a visão panorâmica como um quadro ou uma foto completa é necessária para compreender GI. Em seguida o aluno pode se especializar com o foco do seu trabalho.

Marília Maciel diz que responderá à questão sobre o que poderia mudar no currículo para mudar e fortalecer a pesquisa na governança: afirma que temas econômicos não são bem explorados, são deixados de lado. Explora-se bem cibersegurança e direitos humanos, que são relevantes, mas também deve-se levar em conta os aspectos econômicos do tema. Afirma que FMI, BMI possuem vários documentos publicados que mostram a Internet como fonte do aumento de desigualdade, fluxos que são catastróficos para países em desenvolvimento, que tratam da gestão de dados por grandes plataformas, da cesta de temas econômicos. Então é um tema que precisa se estar atento.

Além disso, afirma que apesar da necessidade de ter uma visão ampla, cursos voltados para determinado grupo profissional/específico; ex: negociadores da OMC (spam, fluxo de dados, acesso a código fonte de softwares) sob prisma comercial, também são muito relevantes, sobretudo se agregar um *follow up* após essa capacitação do ensino da governança, o que fazer com isso, apoio para formação de lideranças, como participar desses espaços decisórios. Precisa se investir na formação de lideranças nacionais, regionais, para que as decisões tomadas reflitam os problemas da América Latina, por exemplo.

Vanessa Cravo relembra que a Estratégia Brasileira para Transformação Digital reconhece o protagonismo do Brasil, o qual deve ser continuado com atuações estratégicas

e impulsionamento de determinados temas. Além da ampliação dos espaços multilaterais, capacitação de governança dos profissionais, o que a nível local refletem e retroalimentam os processos internacionais também.

Elenca também temas que são essenciais para governança na perspectiva do como, onde, por que, quando: tributação em comércio eletrônico, desinformação, propriedade intelectual, privacidade, acesso; esse último é um tema caro para a Anatel pelas necessidades e perspectivas locais.

E finaliza afirmando a necessidade de se compreender todo o contexto para entender casos pontuais como o .amazon (não se consegue compreender sem ver o todo-analisando apenas isoladamente o processo).

Marcos Medeiros reforça a multidisciplinaridade do tema, mas afirma faltar capilaridade nas EGIs e o ambiente universitário seria propício para isso, já que se poderia dosar e direcionar para diversas áreas de conhecimento, como exemplo traz o uso de tecnologias digitais para agricultura familiar.

Walter Lopes aborda o papel da Escola de GI como muito rico e importante, mas precisa ser multiplicado. Traz também a necessidade de adaptar à sua região, aproveitar o *know how* e adaptar aos currículos de cada instituição, com temáticas que já são trabalhadas nas instituições. Afirma que é necessário fazer uma ponte e ligar mais os atores e também possibilitar o engajamento dessas temáticas após adquirir conhecimento.

Ao final do 2º bloco houve as seguintes perguntas do público:

1. **Sávio Morais:** Como explicar em 5 min para minha mãe “O que é Governança da Internet?”
2. **Júlia Mello:** Vocês acham que a inserção desses temas na educação básica, através de planos pedagógicos pode ajudar a inserir as questões de governança da internet nas populações locais? A inserção no conhecimento básico pode aproximar a governança para a população local? Profissionais de *advocacy* também podem contribuir?
3. **Raquel Gatto:** Pergunta aberta: na abertura da ONU nesta semana, o Secretário Geral Antonio Guterres apontou que há uma desconexão entre poder e liderança (no contexto relações internacionais). Isto afeta também o ensino da governança? Quais lições podemos levar para os processos de cooperação digital que tem como um dos eixos capacitação e empoderamento do “Hemisfério Sul”?

Juliano Cappi traz que o papel das Escolas é fundamental nesse processo de transição, entrar nas escolas básicas e universidades é fundamental também como uma das iniciativas para fazer uma discussão produtiva. Além disso, mostra que os profissionais de *advocacy* certamente também contribuem, já que as organizações puxam para si as discussões, mas precisa de um processo de rediscussão dos fóruns tradicionais para haver um avanço *pari passu* institucional. Traz como exemplo de discussão o novo IP: proposição da China e o PL fake news como uma "batata quente" mal resolvida.

Olga Cavalli concorda que as Escolas são importantes para os membros dos governos que estão fazendo regulação dos temas, é necessário que entendam o impacto de uma regra em outras áreas. Falou novamente dos alunos do ensino médio e escolas técnicas que têm participado da SSIG, que é um fenômeno muito relevante. E por fim

explica que há gravação e transmissão gratuita das escolas de governança SSIG para todos, o que também difunde conhecimento.

Marília Maciel respondendo ao questionamento de como explicar para a mãe seria fazer um paralelo com outro tipo de recurso: abastecimento de água ou eletricidade e dizer quais atores, como se reúnem. sintetizam e simplificam o que é governança e o uso da Internet.

Ao tratar do questionamento de **Raquel Gatto** afirmou que de fato poder e liderança estão muito dissociados ultimamente, disputas das grandes potências: conhecimento e economia - ambos baseados no *pool* de dados. Hoje o poder não é exercido com liderança, hoje não há lideranças governamentais que inspiram essa confiança, não se aspira do ponto de vista ético de direitos humanos. Empresas tomando passo a frente como soluções para banir infraestrutura crítica. Precisa-se de alguém falando algo construtivo. Foi feliz o comentário do secretário na ONU.

Vanessa Cravo traz que uma porta de entrada para as escolas desse tema seria tratar de segurança, netiqueta e outros temas relacionados a esse pacote.

Marcos Medeiros afirmou que explicar a GI depende do público alvo, então trazer para a realidade de cada um e explicar no nível necessário (sua mãe ou escolas), traz uma analogia com o nível necessário com a dosagem de um remédio: pode matar ou curar, depende para quem.

Walter Lopes afirma que apostaria boa parte das fichas no ensino básico para GI. Precitaria de adaptação, trazer com outra cara, trazer todo pacote da GI com o nome que hoje traz consigo pode ser forçoso. Trazer para a dimensão/realidade da pessoa contribui muito mais. Nesse sentido o ponto chave é a formação dos professores.

Houve então o encerramento e convite para o spacial chat.

As considerações de cada palestrante mesa redonda acima apresentam a síntese dos posicionamentos e propostas apresentadas, incluindo as intervenções dos participantes pelas perguntas. Houve poucos dissensos, e a identificação dos consensos estão ao longo das falas dos 6 palestrantes nos dois blocos. A seguir apresenta-se alguns pontos interessantes que se extrai como conclusão e que merecem aprofundamentos no tema:

- Reflexão sobre o termo Governança da Internet - O termo ainda está adequado? Seria uma cooperação internacional? O conceito atual permite regras que influencia;
- Necessidade de uma Visão multidisciplinar sobre o tema;
- Escolas de Governança permitem extrair desafios locais a depender do contexto em que estão inseridas, levando em conta também o panorama internacional;
- Necessidade de aproximação com centro de pesquisa universitários e órgãos públicos: importância das parcerias;
- A pandemia Covid-19 evidenciou a necessidade de formatos e modelos EAD de Escola de Governança: projeto piloto do Nic.br em andamento.

Tipo de Posicionamento	Conteúdo	Consenso ou Dissenso	Pontos a aprofundar
------------------------	----------	----------------------	---------------------

<p>Posicionamento (Juliano Cappi)</p>	<p>Governança da Internet é muito pouco conhecida no ensino básico e na academia. É fundamental que as escolas de governança da Internet entrem nas universidades, escolas públicas e privadas, centros de pesquisa e demais instituições de ensino.</p>	<p>Consenso</p>	<p>Como faremos as parcerias com as instituições de ensino?</p>
<p>Posicionamento (Olga Cavalli)</p>	<p>A Governança da Internet é uma disciplina holística, e a Internet em si é ubíqua. Suas regras impactam a sociedade de maneira pervasiva. A educação formal nas universidades, no entanto, permanece muito focada nas respectivas áreas de estudo. O ensino não é multidisciplinar, porém o profissional de hoje precisa ser. Escolas de Governança oferecem aos profissionais essa visão holística que os permite compreender o ecossistema da Internet.</p>	<p>Consenso</p>	<p>É importante transmitir a perspectiva holística da Internet a todos os profissionais, para que possam retornar a seus respectivos trabalhos e aplicar esses conhecimentos. Isso pode, também, incluir adolescentes no ensino médio, que podem se beneficiar tremendamente da participação em escolas de Governança.</p>
<p>Posicionamento (Marília Maciel)</p>	<p>O Ensino da Governança da Internet é essencial, porém não é o suficiente. Governança da Internet primeiro explica o que é a Internet, e em seguida problematiza seu futuro e questiona as relações de poder que fazem a Internet ser o que é hoje. Esses pontos são essenciais e devem ser questionados por todas as profissões. A Governança da Internet empodera as pessoas para moldarem o que a Internet deve ser no futuro e as capacita para enxergar a Internet como "uma floresta, como um todo, e não como uma árvore" em isolado, o que as torna além de mero replicadores.</p>	<p>Consenso</p>	<p>Dito isso, é importante problematizar o termo "Internet" em Governança da Internet, e o que isso significa para a discussão da importância de seu ensino. Uma diversidade de temas entrou na seleção de tópicos que se ensina em cursos de Governança da Internet. Inteligência artificial, por exemplo, é uma tecnologia que roda em cima da Internet, porém não é a Internet em si. No entanto IA tem sido incluso no ensino de GI, e o mesmo se observa com outros assuntos. Todas as tecnologias digitais tem sido encaixadas como Governança da Internet, e o termo GI está se tornando excessivamente fluido.</p>
<p>Proposta (Marília Maciel)</p>	<p>O perfil das pessoas que trabalham em GI é muito internacionalizado, porém é necessário fazer o caminho inverso — isto é, questionar e comunicar como que os tópicos de GI afetam as pessoas comuns, quais tópicos são relevantes e importantes para suas realidades. Além da perspectiva internacional de</p>	<p>Consenso</p>	<p>Seguindo adiante, é importante, caso a caso, se reflita como selecionar e comunicar os conteúdos de GI para cada realidade e público. Além disso, é desejável um esforço para a inclusão de estudos de caso menos</p>

	GI, é necessário incluir estudos de caso "terra a terra", muito conectados a pessoas e suas realidades.		internacionalizados em escolas de GI.
Posicionamento (Vanessa Cravo)	<p>É difícil imaginar um ramo do conhecimento que não foi afetado pela transformação digital — mais ainda durante a pandemia de COVID-19. Portanto, sofrem também reflexos dos debates de Governança da Internet.</p> <p>Sendo assim, todos os profissionais devem entender como a Internet funciona, o que é multissetorialismo e o papel de cada um dos setores, as instituições, fóruns, processos de tomada de decisão, para que todos possam acompanhar essas discussões.</p>	Consenso	Capacitação em GI é indispensável, pois é a visão holística do assunto como mencionada anteriormente que permite compreender a nova realidade que vivemos.
Posicionamento (Marcos Medeiros)	Desde 2014 houve pouco avanço na integração do tema de GI nos múltiplos setores, sobretudo na academia, pela ausência de disseminação desse conhecimento na Universidade.	Consenso	N/A
Proposta (Marcos Medeiros)	Discussões de GI devem se tornar tema recorrente em sala de aula.	Consenso	N/A
Posicionamento (Marcos Medeiros)	Construindo sobre todos os consensos anteriores, em particular o consenso de que uma formação holística em GI possibilita compreender o impacto da Internet hoje, a educação em GI é particularmente essencial para populações carentes na efetivação de seus direitos humanos.	Consenso	Em particular é essencial incluir e capacitar os jovens para atuarem na transformação digital.
Proposta (Marcos Medeiros + Marília Maciel)	<p>O ensino de GI deve ir além das regiões metropolitanas e deve se adaptar às realidades locais.</p> <p>Além de cursos que buscam atingir regiões e populações em particular, há espaço para cursos de GI voltados para setores e profissionais específicos.</p>	Consenso	No geral, entende-se que um cuidado para particularizar o ensino de GI é importante.
Posicionamento (Nathalia Sautchuk)	Um grande desafio no ambiente universitário é como engajar os alunos, e expor os conteúdos de GI de modo aplicável às suas realidades.	Consenso	Professores de GI devem continuamente, refletir sobre como adequar o currículo para o público.

Posicionamento (Juliano Cappi)	É necessário sempre aprimorar o desenho institucional das escolas de GI para diversificar as metodologias de ensino, o que pode incluir EAD.	Consenso	N/A
Posicionamento (Olga Cavalli)	A essência da Governança são as regras e conceitos definidos para construção da Internet. Falta de conhecimento do pessoal da área técnica desses elementos normativos e regulatórios.	Consenso	N/A
Proposta (Marília Maciel)	Globalmente, escolas de GI não exploram bem temas econômicos. Em países em desenvolvimento a Internet está sendo usada para aumentar desigualdades, o que torna esse tema ainda mais imperativo para escolas.	Consenso	N/A
Posicionamento (Marília Maciel)	O ensino de Governança da Internet é uma excelente introdução para muitos temas.	Consenso	Muito provavelmente, contudo, profissionais terão de seguir para cursos mais específicos para se especializarem em suas áreas de interesse.
Posicionamento (Marília Maciel)	É necessário ter um follow-up após a capacitação em GI. Não temos cursos de especialização em temas específicos, e não há cursos de liderança.	Consenso	São suficientes as organizações que oferecem bolsas de participação em eventos? Será que precisamos de esforços mais organizados para formar líderes?
Posicionamento (Vanessa Cravo)	A Estratégia Brasileira de Transformação Digital inclui Governança da Internet, e ressalta o protagonismo do Brasil e sua continuidade. Não é possível manter esse protagonismo sem capacitação.	Consenso	N/A
Posicionamento (Marcos Medeiros)	Falta capilaridade nas EGIs e o ambiente universitário seria propício para isso, já que se poderia dosar e direcionar para diversas áreas de conhecimento.	Consenso	N/A
Posicionamento (Marcos Medeiros)	É necessário fazer uma ponte e ligar mais os atores com instituições de ensino.	Consenso	N/A
Posicionamento (Juliano Cappi)	Hoje há organizações e atores que propõem mudanças drásticas na estrutura da Internet. O papel das escolas é fundamental para discutir	Consenso	N/A

	adequadamente essas propostas. Como exemplo há a proposta do novo IP pela China e o PL fake news.		
Posicionamento (Olga Cavalli)	É importante que as escolas de GI permaneçam gratuitas e abertas, inclusive para jovens de ensino médio. Manter as aulas acessíveis em plataformas como Youtube também é importante.	Consenso	N/A